

Fora, Temer! e nenhum direito a menos



Trabalhadores mobilizados contra as reformas da Previdência e trabalhista e pelo Fora, Temer! ocupam as ruas do país na greve geral, no dia 30 de junho. Técnicos-administrativos em educação e estudantes da UFRJ fecham a Linha Vermelha. **PÁGINA 8**

Carta do Sintufjrj aos aposentados

Você conseguiu!

Sim, você conseguiu.

Depois de 20, 30 ou até 40 anos de trabalho dedicados à UFRJ, você hoje tem a certeza de que o seu espaço é respeitado, que a sua voz é ouvida e que a sua presença é fundamental para ditar os rumos da nossa entidade.

O grupo de trabalho dos aposentados do qual você já faz parte e/ou precisa começar a fazer conseguiu, finalmente, conquistar definitivamente o seu território e fincar uma bandeira. As reuniões semanais na sede do Sindicato são muito mais do que um simples encontro de companheiros: é um retorno ao passado. Uma prova de que ninguém deixa de ser importante só porque saiu da ativa.

Tenho certeza de que quando você olha os jovens nos campi da UFRJ, pensa: "Ninguém sabe o duro que dei" ou, então: "A minha geração sofreu demais para que hoje a situação de vocês seja muito melhor". Entretanto, também sei que você tem muito orgulho pelos benefícios e melhorias conquistados no seu tempo de universidade com muito suor e lágrimas. Todos os movimentos, organizações, enfim, todos os momentos vividos na comunidade universitária nos anos em que você estava lá valeram muito a pena.

Sabemos que problemas e algumas desavenças ocorrem em qualquer grupo. Mas, no nosso caso, ao se respeitar o diálogo e a democracia entre os membros, temos conseguido ultrapassar as barreiras iniciais e estruturar o grupo com vigas permanentes para que ninguém consiga derrubá-lo.

Escrevemos esta carta com o objetivo de agradecer a participação de cada um dos aposentados. E tenha a certeza de que aprendemos muito mais com você do que poderíamos ensinar.

A luta continua, e a melhor forma de compreender o futuro é entender o passado, e isso só você pode ensinar.

Convite

O processo eleitoral para escolha de novos dirigentes para o Sintufjrj foi deflagrado, e esperamos que você participe. Independente de qual seja o resultado das urnas, o importante é dar continuidade ao trabalho de organização dos aposentados na nossa entidade.

Coordenação de Aposentados e Pensionistas e
Coordenação-Geral do Sintufjrj

Edital de eleição para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufjrj) – Triênio 2017-2020

A eleição para preenchimento dos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do Sintufjrj, com seus (suas) respectivos (as) suplentes, com mandato de três anos relativo ao triênio de 2017-2020, realizar-se-á nos dias 15, 16 e 17 de agosto de 2017. Havendo necessidade de realização de segundo turno, as eleições ocorrerão nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2017;

- Horário de votação: das 9h às 17h, exceto nas unidades hospitalares, que será das 7h às 20h, e naquelas com funcionamento noturno, onde a votação será das 8h às 20h;
- São eleitores todos os servidores técnico-administrativos e docentes, incluindo ativos, aposentados e licenciados, desde que filiados ao Sintufjrj com desconto da contribuição ao Sindicato no contracheque do mês de junho de 2017 e que estejam em dia com suas obrigações estatutárias;
- Eleitores ausentes na listagem poderão reivindicar inclusão, e os interessados poderão questionar, mediante impugnação fundamentada, a lista apresentada até o dia 24 de junho de 2017, por escrito, à Comissão Eleitoral;
- A lista definitiva dos filiados com direito a voto será divulgada no dia 31 de julho de 2017. Esta lista também será entregue às chapas e publicada no site da entidade;
- O pedido de registro de chapa será feito na secretaria da sede do Sintufjrj nos dias 5 e 6 de julho de 2017, das 9h às 17h, e será homologado no dia 7 de julho de 2017;
- No caso de pedido de impugnação de chapas ou candidatos, este deverá ser efetivado no dia 10 de julho de 2017, até as 12h, junto à Comissão Eleitoral, que deverá se posicionar até as 15h. O recurso será aceito até as 17h;
- Confirmada a impugnação, as chapas terão até as 12h do dia 11 de julho de 2017 para substituição de nomes, que serão analisados até as 16h;
- O voto é facultativo e o sufrágio é universal e secreto, sendo obrigatória a apresentação de documento de identidade com foto;
- A apuração ocorrerá de acordo com o parágrafo 1º do artigo 34 do Regimento Eleitoral;
- Se houver mais de duas chapas inscritas, a eleição será em dois turnos, desde que nenhuma delas obtenha 50% mais um dos votos válidos;
- A posse será, no mínimo, em 15 dias corridos após o resultado final.

Novidades aprovadas no XI Consintufjrj

Conforme deliberado no XI Congresso do Sintufjrj (Consintufjrj), esta eleição inaugura um novo tempo para a militância da categoria com a entrada em vigor de três significativas mudanças:

- Os eleitos nesse pleito darão início às gestões de três anos de mandato: triênio 2017-2020;
- A eleição para o Conselho Fiscal será junto com a eleição para a direção do Sindicato;
- E torna-se obrigatória a participação de mulheres na Diretoria Executiva de, no mínimo, 50%.

Assembleia aprova contas da gestão

Categoria presente ao auditório B do CCS segue o parecer do Conselho Fiscal, cujos integrantes foram eleitos no XI Congresso do Sintufrj (Consintufrj)

Por ampla maioria, os técnicos-administrativos em educação presentes à assembleia estatutária, no dia 20 de junho, no auditório B do Centro de Ciências da Saúde (CCS), aprovaram as contas dos exercícios de 2015 e 2016 da atual gestão sindical. Quatro servidores votaram contra e seis se abstiveram.

A diretoria se comprometeu a apresentar à categoria 30 dias antes do fim da gestão as contas dos meses do mandato de 2017, conforme informou o *Jornal do Sintufrj* em edição especial (com os balancetes financeiros de 2015-2016), que se encontra à disposição dos trabalhadores no site da entidade, e conforme dispõe o estatuto.



Foto: Renan Silva

TRABALHADORES votando no auditório do Bezão (CCS)

Cumprindo o estatuto

A prestação de contas do mandato sindical que chega ao fim (2015-2017) é uma determinação do Estatuto do Sintufrj. Por conta disso, antes da assembleia estatutária, foram realizadas quatro audiências públicas em quatro campi (Fundão, Praia Vermelha, Faculdade Nacional de Direito e UFRJ-Macaé).

Além disso, a edição especial com 56 páginas do *Jornal do Sintufrj* contendo os balancetes financeiros até dezembro de 2016 foi distribuída pela direção sindical nas audiências públicas e disponibilizada para toda a categoria no site da entidade. Desde o dia 19 de maio, também, um coordenador esteve à disposição na sede do Sindicato, no Fundão, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, para esclarecer dúvidas.

Ressalvas são justificadas

O parecer do Conselho Fiscal destaca que “não foram constatadas irregularidades que infrinjam as leis fiscais que regem as finanças sindicais e nem o Estatuto do Sintufrj”. Mesmo assim, o Conselho aprovou a prestação de contas da gestão de 2015-2016 com três ressalvas: não teve acesso ao contrato de prestação de serviço para a realização do

XI Consintufrj, realizado na Colônia de Férias do Sinttel-RJ, em Miguel Pereira; ao contrato da empresa Fraga, Bekierman e Cristiano Advogados; e ao livro do patrimônio da entidade.

Coube ao coordenador-geral do Sintufrj Francisco de Assis prestar esclarecimentos sobre as ressalvas do parecer do Conselho Fiscal. Em relação à primeira, disse que não houve contrato com o Sinttel-RJ para realização do Consintufrj nas instalações da entidade, mas foram apresentadas ao Conselho notas fiscais discriminando os custos da prestação de serviço contratada; sobre a segunda, ele garantiu que, além do contrato com o escritório de advocacia, a direção sindical apresentou as notas de despesas pagas; já sobre a terceira, admitiu existir somente livro de patrimônio da gestão 2010, mas acrescentou que a direção sindical encaminhou ao Conselho documentos das novas aquisições.

Assis concluiu suas justificativas propondo que fosse indicada para as próximas gestões a implantação de controle patrimonial.

Exigência

O Conselho Fiscal relacionou

Mandato termina com superávit de R\$ 1,7 milhão

Na abertura da assembleia, o delegado sindical da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2), Yghor Barros, apresentou o resumo da prestação de contas da gestão, destacando os pontos relevantes, como arrecadação e saneamento de problemas mais evidentes e os reflexos dos investimentos feitos em benefício do servidor, como as lutas por direitos.

Segundo Yghor, o Sintufrj conta com a sindicalização de mais de 90% da categoria, “o que mostra como o Sindicato é, de fato, representativo”. E destacou, também, a recuperação financeira da entidade, que saiu de um déficit de R\$ 720 mil em 2015 para um superávit de R\$ 1,792 milhão em 2016.

algumas propostas para a direção sobre a gestão financeira da entidade, entre elas a criação do Portal Transparência na internet.

Votação

A assembleia votou primeiro as contas, aprovando-as, e em se-

guida, as ressalvas, que, depois dos esclarecimentos da direção, foram reduzidas a apenas uma, o livro de patrimônio. Com apenas quatro votos de diferença e sete abstenções, os presentes deliberaram pela manutenção da exigência no parecer do Conselho Fiscal.

Relatório da assessoria jurídica sobre as iniciativas judiciais para restauração da rubrica dos 28,86%

10/02 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• Data em que o SINTUFRJ é comunicado pela UFRJ dos termos do ofício 00122-GR pela reitoria através do ofício 00127-GR.

• A assessoria jurídica do SINTUFRJ ajuíza ação contra a UFRJ e contra a UNIÃO pedindo tutela para impedir o corte.

• A assessoria jurídica despacha distribuição por prevenção a outra ação do SINTUFRJ e consegue a redistribuição da ação à 17º VF.

13/02 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• O juiz se recusou a despachar o pedido de tutela de urgência e entendeu que tinha que intimar a UFRJ primeiro antes de decidir.

14/02 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• Diante da omissão e urgência pelo fechamento da folha, o SINTUFRJ interpôs Recurso de Agravo de Instrumento visando à apreciação do pedido de tutela no tribunal. (AGRAVO)

14/02 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• O SINTUFRJ, através da assessoria jurídica, despacha com o desembargador relator requerendo o deferimento da ordem de restauração.

16/02 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• O desembargador decide no sentido de reconhecer a incompetência do juízo da ação nova, julgando prejudicado o Recurso, e diz que seria o juízo da ação antiga que deveria emitir decisão sobre o caso. (AGRAVO)

21/02 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• Diante da decisão do tribunal e diante da demora no julgamento de recurso contra a decisão do desembargador, foi aberta nova frente de questionamento, sendo deflagrado novo procedimento de cumprimento de sentença em 1ª instância junto ao juízo que proferiu a sentença de incorporação do direito a 28,86%.

21/02 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• A assessoria jurídica despachou com o juiz da vara federal novo pedido de tutela para restauração da rubrica de 28,86%.

22/02 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• Paralelamente, o SINTUFRJ apresenta recurso de embargos de declaração contra a decisão do desembargador, apresentando declaração da correta metodologia de implantação da rubrica de 28,86% pela assessoria jurídica do SINTUFRJ, demonstrando a regularidade da implantação. (AGRAVO)

23/02 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• Despacho do desembargador determinando intimação da UFRJ para responder ao recurso de embargos de declaração.

03/03 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• Intimação da UFRJ para apresentar resposta ao recurso.

07/03 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

O juízo indeferiu o pedido de tutela de urgência.

17/03 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• SINTUFRJ apresenta novo pedido de análise da tutela pelo juiz, diante da decisão proferida pelo desembargador, e o mesmo decide que tem que aguardar a conclusão do julgamento do recurso pelo tribunal, e suspende o processo.

17/03 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• Foram opostos embargos de declaração questionando pontos omissos da decisão que negou a tutela de urgência.

20/03 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• Registrado o despacho pela Vara.

20/03 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• O juízo negou provimento aos embargos de declaração, mantendo o indeferimento.

23/03 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• O SINTUFRJ toma ciência diretamente na justiça da decisão antes da publicação em diário oficial.

30/03 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• O SINTUFRJ apresenta novos embargos de declaração questionando a omissão do juiz no exame dos fundamentos

contra a decisão que negou a tutela de urgência.

07/04 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• O juiz nega provimento aos embargos de declaração.

11/04 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• O SINTUFRJ toma ciência diretamente na justiça da decisão antes da publicação em diário oficial.

12/04 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• A UFRJ é intimada para responder ao processo.

17/04 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• UFRJ responde ao recurso no tribunal.

20/04 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• O SINTUFRJ apresenta nova petição contra decisão do MPOG sobre corte de rubricas com a necessidade do prévio processo administrativo e direito de defesa, e pede reconsideração da decisão ao juiz.

23/04 – Proc. 28,86 Corte - ação nova

• UNIÃO responde ao recurso no tribunal.

08/05 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• O SINTUFRJ novamente recorre ao tribunal interpondo recurso de agravo de instrumento contra decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência para restauração da rubrica. (AGRAVO)

09/05 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• A UFRJ apresenta resposta informando que a decisão foi do MPOG e que a ela compete fazer a defesa, pedindo o ingresso da UNIÃO no processo.

• O agravo foi distribuído por prevenção. (AGRAVO)

• A assessoria jurídica vai ao TRF2 e despacha com o desembargador.

10/05 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• O desembargador negou a prevenção e determinou a nova distribuição para outro desembargador. (AGRAVO)

11/05 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

O juiz de 1ª instância nega o pedido de reconsideração da assessoria jurídica para que fosse apreciado o pedido de tutela de urgência e reestabelecidas as rubricas.

12/05 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• O SINTUFRJ toma ciência diretamente na justiça da decisão antes da publicação em diário oficial.

19/05 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• A assessoria jurídica apresenta novos embargos de declaração questionando diversos pontos de fragilidade da decisão que negou a tutela de urgência e analisou as peculiaridades do caso em razão da sentença transitada em julgado sem compensação e em consonância com os temas 475 e 476 da jurisprudência do STJ, que está aguardando decisão.

25/05 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• No TRF o recurso de agravo de instrumento é redistribuído para novo relator por prevenção. (AGRAVO)

• A assessoria jurídica ao TRF2 comparece para despacho com o

novo desembargador relator.

06/06 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• O desembargador relator também não reconhece a prevenção e determina a livre distribuição do recurso. (AGRAVO)

• Remessa ao Gabinete do novo desembargador relator. (AGRAVO)

12/06 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• Nova diligência para despacho com o novo relator, que somente atende por agendamento.

12/06 – MANDADO DE SEGURANÇA - DF

• O SINTUFRJ abre nova frente de ataque para obter a restauração da rubrica 28,86% com a elaboração de mandado de segurança contra autoridade do governo em Brasília.

14/06 – Processo no Juízo da execução - antiga ação

• Publicada decisão do novo desembargador relator, não apreciando o pedido de tutela de urgência para determinar a restauração de rubrica que pede para a UFRJ responder primeiro ao recurso.

Posição atual dos casos

• Mandado de Segurança - DF

Em fase de distribuição, contendo pedido de liminar.

• Proc. 28,86 Corte - ação nova

1 - Instância – Suspensão, aguardando decisão do recurso no tribunal.

2 - Tribunal – Aguarda inclusão do processo em pauta para julgamento do recurso de embargos de declaração do SINTUFRJ sobre a competência para julgamento da matéria.

• Processo no Juízo da execução - antiga ação

1 - Instância – Estamos aguardando decisão do juiz sobre o recurso de embargos de declaração apresentado.

2 - Tribunal – Aberto prazo em 16/06 para apresentação de recurso visando chamar atenção do desembargador para necessária apreciação urgente do pedido de tutela para restauração da rubrica de 28,86% não examinado no primeiro despacho.

Ações pelo resgate do direito conquistado

No dia 9 de fevereiro, cerca de 10 mil técnicos-administrativos em educação e professores da UFRJ (incluindo ativos, aposentados e pensionistas) que integram a ação transitada em julgado dos 28,86% foram surpreendidos com a informação da retirada do índice dos contracheques. De lá para cá, além da batalha jurídica, a direção do Sintufrj realizou várias ações políticas para restabelecer essa importante conquista dos trabalhadores. Veja o que foi feito:



Fotos: Renan Silva

ASSEMBLEIA de 14/2: presentes o advogado André Viz e o pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes

- Logo no dia seguinte à divulgação da informação, 10 de fevereiro, a direção sindical postou nas mídias sociais da entidade e em boletim explicações sobre o ocorrido e convocou assembleia para 14 de fevereiro, no auditório do Centro de Tecnologia (CT), quando o advogado André Viz e a Reitoria expuseram a situação e esclareceram dúvidas.

- Dessa assembleia resultou uma agenda de lutas para o mês de fevereiro, que incluiu reuniões nas bases e manifestação no encontro da Andifes na Casa da Ciência, na Praia Vermelha, no dia 20 de fevereiro. Nessa ocasião, a direção do Sintufrj entregou um manifesto denunciando o ataque do Ministério do Planejamento à autonomia da UFRJ com a retirada da rubrica dos servidores.

- No dia 21 de fevereiro, foi realizada a segunda assembleia geral para informar a categoria sobre a manifestação do desembargador à petição do Sintufrj, pois ele havia decidido dar prazo para ouvir o Ministério do Planejamento. Essa assembleia deliberou por mais mobilização, aprovando a atividade "Sintufrj põe o bloco na rua" e a participação da categoria nas ações convocadas pelas Frentes de Lutas e pelas centrais sindicais contra a reforma da Previdência e a retirada de quaisquer direitos conquistados, como os 28,86%.

- Aproveitando o período pré-carnavalesco, o Sintufrj pôs literalmente o bloco na rua nas escadarias do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e realizou o "Grito de carnaval contra a reforma da Previdência e em defesa dos ganhos judiciais". Além disso, no dia 24 de fevereiro, o Sintufrj participou do Bloco Fora, Temer!, no Centro do Rio, organizado pelas centrais

sindicais, levando como bandeiras específicas "Não à reforma da Previdência" e "Em defesa dos ganhos judiciais".

- A luta pela recuperação dos 28,86% prosseguiu em março. Ato e manifestações políticas foram implementados paralelamente às ações jurídicas e administrativas (estas a cargo da Reitoria). Com todos os companheiros das instituições federais de ensino superior (Ifes) que estavam em Brasília para a plenária nacional da FasuBra, os delegados do Sintufrj realizaram ato em frente ao Ministério do Planejamento.

- No dia 9 de março, trabalhadores de várias unidades, sob a liderança do Sintufrj, ocuparam a sessão do Conselho Universitário para reivindicar medidas efetivas da Reitoria para o retorno dos 28,86% aos contracheques. A bancada técnico-administrativa solicitou apoio do colegiado superior à luta dos servidores.

- No Dia Nacional de Lutas, Protestos e Paralisações nas Ifes de todo o país, em 15 de março, além da pauta geral, os trabalhadores da UFRJ reivindicaram nas ruas a volta dos 28,86% ao salário. Pela manhã, houve ato no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) e no terminal do BRT; à tarde, foram realizadas atividades conjuntas no IFCS com a Adufrj, a Associação de Pós-Graduandos (APG), o DCE Mário Prata e a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufrj). Às 17h, todos se concentraram na Candelária para a marcha unificada.

- No dia 23 de março, o Conselho Universitário aprovou resolução, proposta pelo Sintufrj e pela bancada técnico-administrativa, para respaldar a Administração



28 DE MARÇO: categoria em passeata até a Reitoria

Central da UFRJ na tomada de medidas pela recuperação dos 28,86%.

Foi constituída uma comissão com o propósito de discutir ações que fizessem frente aos ataques a direitos conquistados, como os 28,86%. A primeira reunião ocorreu no dia 29 e definiu três frentes de trabalho: administrativa, a cargo da Reitoria; jurídica, de responsabilidade da assessoria jurídica do Sintufrj; e política, também por conta do Sintufrj. No dia 4 de abril a comissão voltou a se reunir para dar andamento às iniciativas propostas.

- No Dia Nacional de Luta contra as Reformas da Previdência e Trabalhista, em Defesa dos Serviços Públicos e pelo Retorno Imediato dos 28,86% aos Contracheques, em 28 de março, a categoria participou das atividades organizadas pelo Sintufrj: carreta com buzinação pelas ruas da Cidade Universitária até a Reitoria, onde foi feita uma performance pela volta do índice surrupiado pelo governo.

- Mesmo com todos os esforços jurídicos e de mobilização,



MANIFESTAÇÃO no salão da Reitoria

lamentavelmente, em abril, a direção do Sintufrj informou que a petição da assessoria jurídica para o retorno dos 28,86% fora rejeitada pela Justiça. Na mesma data, a entidade adiantou que a assessoria jurídica entraria com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) se todas as possibilidades de recursos fossem esgotadas.

- Durante todas as reuniões para a eleição de delegados sindicais de base, iniciadas no mês de abril, a direção sindical esclareceu dúvidas dos trabalhadores sobre os 28,86% e outras ações coletivas,

como os 26% e os 3,17%.

- No dia 24 de maio, os técnicos-administrativos em educação da UFRJ se uniram à categoria em todo o país e aos milhares de outros servidores e trabalhadores da iniciativa privada, em Brasília, para exigir "Fora, Temer! e Diretas, já!". O Sintufrj enviou quatro ônibus. Se não fosse a violenta repressão da polícia, os caravaneiros, além do ato conjunto na Esplanada dos Ministérios, iriam realizar uma manifestação em frente ao Ministério do Planejamento reivindicando a devolução dos 28,86% aos contracheques.

CCJ do Senado aprova a reforma trabalhista

Votação ocorreu dois dias antes da greve geral e o plenário deve votá-la antes do recesso parlamentar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou o parecer favorável à reforma trabalhista do senador Romero Jucá (PMDB-RR), em sessão que durou mais de 13 horas, na noite de quarta-feira, 28. Foram 16 votos a favor, 9 contra e uma abstenção.

Com o resultado, a reforma trabalhista, batizada de Projeto de Lei da Câmara (PLC 38/2017), termina sua passagem pelas comissões do Senado e segue para análise em plenário, que dará a palavra final da Casa sobre o projeto. Ao final da sessão, os senadores também aprovaram a urgência do projeto, o que significa que ele poderá ser votado em plenário após duas sessões. A previsão é que a votação em plenário ocorra em 6 de julho.

Vergonha!

Dentre os temas em debate, estiveram as diversas inconstitucionalidades do projeto e o fato de que o governo impôs à sua base no Senado a obrigação de aprovar a reforma trabalhista tal como foi aprovada na Câmara dos Deputados, sem nenhuma alteração. Diante da reação constrangida da base do governo golpista, a senadora Gleisi Hoffmann comentou: "A vergonha é tão grande que os governistas nem têm coragem de comemorar".

Durante a sessão, o senador Romero Jucá leu uma carta de Temer direcionada aos parlamentares, em que o chefe do Executivo promete enviar uma medida provisória (MP) ao Con-

gresso para modificar a reforma trabalhista após a aprovação do texto. A iniciativa tem o objetivo de evitar modificações no projeto, que, caso sofra alterações de mérito no Senado, precisa retornar à Câmara dos Deputados, estendendo a tramitação. A carta, que será enviada a todos os senadores, consistiu num dos pontos de ebulição do debate no colegiado, por se tratar de uma pressão na base aliada, dividida em torno da matéria.

O processo de votação na CCJ ocorreu por votação nominal, com votos favoráveis de parlamentares de legendas como PSDB, DEM, PP, PTB, PR e de parte do PMDB, hoje marcado por fissuras em torno das propostas governistas. Votaram contrariamente à matéria PT, PDT, PSB, Rede e o peemedebista Eduardo Braga (AM). Entre os titulares do colegiado, únicos parlamentares com direito de voto, apenas o senador Lasier Martins (PSD-RS) se absteve.

A reunião da CCJ se encerrou às 23h55, após a votação dos destaques (todos derrubados pelo governo), em meio a uma grande confusão. Para garantir o regime de urgência na tramitação da reforma, permitindo o envio imediato do texto para o plenário, o presidente da Comissão, senador Edison Lobão (PMDB-MA), fez uma votação pró-forma, pronunciando a frase: "os que forem a favor permaneçam como estão". Com isso, considerou a urgência aprovada e encerrou a sessão, sob protestos da oposição.

A votação no plenário

No plenário, o texto precisa de maioria simples para ser aprovado, ou seja, metade dos senadores presentes na sessão mais um. Se for aprovada pelo Senado sem mudanças, a reforma segue para sanção do presidente Michel Temer.

A reforma trabalhista, ao lado da previdenciária, é uma das prioridades do governo golpista de Temer, que tem investido seus esforços na continuidade da tramitação, uma forma de sinalizar ao mercado que ainda tem fôlego e que pode contar com sua base no Congresso.

As mudanças propostas

Com ampla rejeição popular, a reforma altera mais de 300 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Entre as mudanças propostas estão: prevalência do negociado sobre o legislado; fim da assistência obrigatória do sindicato na extinção e na homologação dos contratos; extinção do imposto sindical obrigatório; divisão das férias em até três períodos; contrato de trabalho intermitente (modalidade de contrato de trabalho por hora); negociação da jornada entre patrões e empregados, podendo chegar a 12 horas em um único dia, com limite de 48 horas semanais

(44 da jornada-padrão, mais quatro extras).

A reforma também possibilita que grávidas e lactantes trabalhem em locais insalubres considerados de graus médio ou mínimo e permite a redução do intervalo para almoço, hoje de uma hora. O contrato temporário de trabalho deverá ter limite de 120 dias.

TST é contra

No Tribunal Superior do Trabalho (TST), principal Corte trabalhista do país, 17 dos 27 magistrados se posicionaram contra o PLC 38 no mês passado, em manifesto entregue ao presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Outra referência vem do site oficial da Casa: em enquete virtual realizada para consultar os cidadãos, mais de 130 mil internautas votaram contra o PLC, enquanto 5.806 se posicionaram a favor da reforma.



Só a luta garante

"Nós resistimos, lutamos, impedimos que as reformas trabalhista e previdenciária fossem aprovadas no primeiro semestre deste ano, como os golpistas queriam. Estamos acumulando forças para que qualquer decisão

tomada no futuro contra os trabalhadores(as) seja revertida e, juntos, possamos construir um país com justiça e inclusão social, emprego decente, ensino e saúde de qualidade, enfim, com oportunidade igual para todos. A greve do dia 30 de junho

foi mais um passo na construção da resistência e da luta por um futuro melhor para todos.

Nosso papel é lutar, resistir, e é isso que estamos fazendo cada vez mais desde o fim de 2014, quando parte da mídia e do Judiciário se uniu ao can-

didato derrotado nas eleições presidenciais e a seus aliados conservadores para dar o golpe de Estado. Sabíamos desde então que o golpe era para acabar com o projeto de distribuição de renda e inclusão social, contra o Brasil, contra a democracia

e contra a classe trabalhadora. O projeto dos golpistas é acabar com a soberania nacional, entregar o petróleo e as nossas terras para as multinacionais", alertou o presidente da CUT nacional, Vagner Freitas.

Foto: Internet



A situação esdrúxula do país

Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem um ocupante na presidência da República denunciado por corrupção passiva e formação de quadrilha. Esse fato

esdrúxulo se tornou um peso para a economia da Nação, conforme atenta a agência de risco Moody's.

Segundo a agência, Michel Temer perdeu a capacidade de

aprovar as reformas que prometia ao mercado, o que deve levar ao rebaixamento da nota do país; ou seja, o golpe, além de desmoralizar o Brasil aos olhos do mundo,

também se tornou um contrassenso econômico, não apenas para os empresários nacionais, que já vinham afundando, como também para o capital financeiro

ENCONTRO NACIONAL

Mulheres Trabalhadoras da Fasubra se organizam para lutar por direitos nas Ifes

Fotos: Divulgação

Nos dias 20 e 21 de maio, a Fasubra realizou o Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras, que reuniu representantes da maioria dos sindicatos da base da Federação. O evento foi sediado na Universidade de Brasília (UnB), e constou de mesa de debates sobre as reformas da Previdência e trabalhista com a participação de especialistas nos temas, roda de conversa, oficinas e grupos de trabalho.

Foram dois dias intensos para as participantes, que aprovaram a Carta do Encontro, propostas discutidas nos grupos de trabalho, moções de repúdio, além de prestarem homenagens a ex-dirigentes da Fasubra desde 1984 e à nossa companheira Maria da Graça Pedro de Carvalho, coordenadora de Aposentados e Pensionistas do Sintufrj, falecida no dia 20 de abril deste ano.

Representação – A Coordenação de Aposentados e Pensionistas do Sintufrj foi representada no evento pelas companheiras Justina Gomes da Silva e Vanda Oliveira da Silva. Ao todo, o Sindicato enviou cinco delegadas, escolhidas na reunião do Grupo de Trabalho de Mulheres da entidade.

Discriminação, violência, exploração...

As reformas previdenciária e trabalhista foram os principais temas tratados no encontro, porque retiram direitos de todos os trabalhadores, em especial das mulheres, que serão as mais atingidas com as mudanças propostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

Mas outros temas que dizem respeito especificamente às trabalhadoras também foram exaustivamente discutidos nos grupos, como assédio moral e sexual no trabalho, violência doméstica, estupro, exploração da mão de obra feminina, desigualdades no mercado de trabalho (as mulheres ainda recebem menos que os homens realizando trabalho igual), dupla jornada, falta de creches, entre outros pontos levantados pelas companheiras de várias universidades.

Propostas aprovadas

Das dezenas de propostas aprovadas nos grupos de trabalho, a plenária final do encontro aprovou as seguintes, para envio à direção da Fasubra:

- Implementar as resoluções congressuais que se referem às mulheres e divulgá-las nos Informes da Direção (ID) e em outros

meios de comunicação com as bases da direção da Federação.

- Disponibilizar na página da Fasubra na Internet a resolução da Conferência Nacional de Saúde das Mulheres.

- 27 de março: Dia Nacional de Lutas das Mulheres nas Universidades contra a Reforma da Previdência (já ocorreu).

- Realização do Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras da Fasubra na primeira quinzena do mês de maio.

- Moção de repúdio ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pelas suas falas e atitudes machistas.

Bandeira Fora, Temer!

Por orientação da Fasubra, quase a totalidade das participantes do encontro não retornaram às suas cidades imediatamente; elas permaneceram na capital federal para participar, no dia 24 de maio, da manifestação “ocupa-



TÉCNICAS-ADMINISTRATIVAS posam para foto histórica no Encontro

brasiliana”, contra as reformas do governo, e pelo “Fora, Temer!”.

E elas marcaram a presença no “ocupabrasilia” com a bandeira “Fora, Temer”, confeccio-

nada em conjunto durante o encontro com retalhos emendados simbolizando a unidade na luta. Aliás, as trabalhadoras técnico-administrativas utiliza-

ram a pintura e a costura para expressar suas impressões sobre a conjuntura e a retirada de direitos, como forma de arte e protesto feminino.

Carta do Encontro

A conjuntura nacional, no momento em que ocorreu o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora da Fasubra Sindical, é de total ataque aos direitos da mulher, conquistados com muita luta.

As reformas trabalhista e previdenciária foram os temas principais do encontro, e representam a retirada de direitos de todos os trabalhadores, em especial das mulheres, que serão as mais atingidas.

Apesar dos avanços conquistados, as mulheres continuam ganhando menos que os homens, mesmo realizando tarefas profissionais iguais, são a maioria nos postos precarizados e são penalizadas com a dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho. Na sociedade atual, a mulher ainda é a responsável pela administração familiar e pela educação dos filhos.

As políticas adotadas pelo governo Michel Temer representam mais uma forma de violência contra a mulher, em um país que impõe a elas conviver com o medo constante de serem estupradas,

violentadas, espancadas ou mortas em qualquer lugar ou a qualquer hora.

Entre os pontos de destaque do encontro, foram discutidos o assédio moral, sexual e diversos tipos de violência que ocorrem no local de trabalho. A omissão dos gestores das universidades ao receberem as denúncias de violência no trabalho penaliza duplamente as mulheres, levando-as ao adoecimento ou até mesmo ao suicídio.

As trabalhadoras da Fasubra não se calarão diante de todos os ataques que as mulheres sofrem dentro e fora das universidades. A luta por nenhum direito a menos segue forte em todo o país.

As propostas construídas nesse encontro reafirmam as bandeiras históricas de luta, aprovadas nos fóruns deliberativos da Federação. Diante da realidade em que vivemos, as propostas visam fortalecer todas as frentes contra a opressão.

Nenhum direito a menos! Da luta eu não fujo. Fora, Temer! Diretas já!

Avaliação das aposentadas

Vanda Oliveira da Silva

– “Particpei pela primeira vez do encontro, que, na minha avaliação, foi de grande valia para todas nós, mulheres. Porque se discutiu o trabalho terceirizado, onde a maioria dos trabalhadores é negro, principalmente as mulheres; assédio moral e sexual; a ação do patriarcado no capitalismo, que historicamente coloca a mulher em posição de desvalorização na cadeia produtiva, em se tratando de função e salário.”



Justina Gomes da Silva

– “Foi um encontro de grande magnitude, em que se discutiu e se deliberou por propostas que atenderão a reivindicações das trabalhadoras da base da Fasubra em diferentes instituições. O evento também foi uma oportunidade para conhecermos pessoas e, principalmente, os problemas que existem nas instituições país afora relacionados às trabalhadoras.”





Trabalhadores e estudantes fecham a Linha Vermelha

O dia nacional de greves e paralisações em defesa de direitos, contra as reformas da Previdência e trabalhista e pelo Fora, Temer!, na sexta-feira, 30 de junho, mobilizou milhares de trabalhadores em todo o país. Desde as primeiras horas da manhã, as manifestações tomaram conta das principais vias públicas na maioria das capitais e

também no interior, interrompendo o trânsito e mudando a rotina das cidades durante todo o dia. Foram quilômetros de engarrafamentos nos centros urbanos e rodovias. Dezenas de categorias Brasil afora aderiram à greve geral convocada pelas centrais sindicais e pelos movimentos sociais que integram as Frentes de Lutas.

No Rio de Janeiro, trabalhadores técnico-administrativos em educação e estudantes da UFRJ fecharam por cerca de uma hora a Linha Vermelha sentido Avenida Brasil, na altura do Hospital Universitário. Com faixas, cartazes e palavras de ordem, os manifestantes protestaram contra as reformas trabalhista e previdenciária do governo e exigi-

ram a saída do presidente ilegítimo, repetindo a frase mais ouvida no país nos últimos meses: “Fora, Temer!”.

A manifestação foi duramente reprimida por policiais militares, que chegaram por trás em motocicletas, atirando bombas de efeito moral e balas de borracha. Encurralados, os manifestantes

correram em direção ao Hospital Universitário, sendo perseguidos pelos PMs. Os feridos foram levados para o hospital municipal na Ilha do Governador. Após medicados, alguns tiveram que acompanhar os policiais até a delegacia, somente sendo liberados horas depois, por intervenção da advogada do Sintufjr.

Passeata unificada da Candelária à Central do Brasil

No início da noite foi realizada uma passeata, no Centro do Rio, que saiu da Igreja da Candelária e terminou na Central do Brasil. Cerca de 10 mil pessoas participaram, fechando a Avenida Presidente Vargas. A comunidade da UFRJ – técnicos-administrativos, estudantes e professores – se concentrou, às 15h, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS),

Por volta das 17h30, os técnicos-administrativos, com suas bandeiras, saíram em bloco para a concentração na Candelária. O protesto foi marcado com todos exigindo a saída do golpista Michel Temer da Presidência, eleições diretas e o fim das reformas. Os oradores no carro de som também criticaram o desmonte dos serviços públicos, em especial da saúde e educação.

Violência policial – Por volta das 20h, ao final do ato, a Polícia Militar, com a desculpa das provocações dos black blocs, usou bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral para dispersar os manifestantes. O ato das centrais também foi convocado pelas Frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo e Esquerda Socialista, Movimento dos Sem Terra, Movimento Nacional de Luta pela Moradia e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.



Fotos: Renan Silva